

Composição da Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Giovani
Culau e
Coletivo



Cassiá
Carpes



Jessé
Sangalli



José
Freitas



Karen
Santos



Pablo
Melo

041ª CUTHAB 05NOV2024

Pauta: Regularização do fornecimento de energia elétrica e água no Quilombo dos Machados.

PRESIDENTE CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): (10h11min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Hoje com a pauta: Regularização do fornecimento de energia elétrica e água no Quilombo dos Machados. Esta pauta é de autoria da Ver.^a Karen Santos. Temos, por norma nesta comissão, fazer com que seja o proponente a comandar os trabalhos. De imediato, passo a palavra a Ver.^a Karen Santos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia a todos e todas. A reunião de hoje é para tratar da regularização da água e da energia elétrica dentro do território do Quilombo dos Machados, situado no bairro Sarandi. É uma reunião de continuidade, já trouxemos essa pauta para a comissão no ano de 2022, quando estavam presentes aqui representantes do poder público, PGM, DEMHAB, DMAE, CEEE Equatorial. A ideia é retomar um tanto desses encaminhamentos dados, parte deles se perdeu durante o processo, então, achamos necessário retomar alguns passos, alguns acordos, e conseguir sair daqui com um cronograma.

Estão presentes, e já convido para a compor a Mesa conosco, o Rodrigo Abrahão, representante da CEEE Equatorial, Sr. Luiz Alexandre R. de Barros e Sra. Airana Ramalho do Canto, representantes do DMAE; Sr. Sebastião Henrique Santos Lima, representante do INCRA/RS; Sr. Luís Rogério Machado (Jamaica), representante das lideranças. Foi feita a convocação para a Fundação Palmares, que justificou a ausência; também o Núcleo de Estudos de Geografia da UFRGS, cuja Profa. Cláudia justificou a ausência. São instituições importantes porque são as instituições em âmbito federal que fazem o NEGA-RS, que é o núcleo de pesquisa da UFRGS, que fez o estudo antropológico, a demarcação, que, inclusive, é parte fundamental dos estudos para dar legitimidade e legalidade às instituições. A Fundação Palmares também é entidade federal, ela tem que dispor das suas estruturas para acompanhar as comunidades quilombolas Brasil afora, e Porto Alegre é capital do Brasil com maior quantidade de quilombos urbanos. Portanto temos que ter essa atenção especial e fazer a convocação das instituições para que deem conta da garantia dos direitos básicos: água, luz.

A comunidade vai contar aqui a sua história e, a partir daí, conseguimos pensar os caminhos jurídicos e políticos para garantir a instalação da rede de água, a instalação da rede de energia elétrica e também, a médio prazo a instalação de rede de esgoto cloacal e pluvial.

Pensei primeiramente em abrir para a comunidade, trazer o relato da existência, a história, a demanda, a quantidade de pessoas que habitam aquele território. Passar para a representação do INCRA para também trazer as questões formais e legais do processo de estudo, de demarcação, e, na sequência, passar para as representações, tanto o Rodrigo, que já tem o processo aberto dentro da Equatorial, quanto do DMAE, para trazer um pouco do relato de como estão as demandas da comunidade dentro do departamento, e o que vocês nos trazem para este espaço, para conseguirmos pensar juntos uma alternativa e sair daqui com um cronograma.

Registro a presença do Ver. Giovani Culau e Coletivo, presidente desta comissão. Eu estava dizendo mais o menos como vão funcionar os trabalhos:

ouviremos a comunidade, o INCRA, na sequência passamos para as representações da CEEE Equatorial e DMAE, a partir daí, os vereadores que quiserem se inscrever, a comunidade presente que quiser se inscrever, trazer também questões a partir daquilo que foi colocado, depois seguimos para os encaminhamentos. Pode ser assim? Perfeito então.

O Sr. Luís Rogério Machado (Jamaica) está com a palavra. Sempre se apresentem, para as notas taquigráficas, porque daqui sai uma ata; digam a instituição, o movimento social que fazem parte.

SR. LUÍS ROGÉRIO MACHADO: Bom dia a todos, todas e todes, cumprimentando toda a Mesa. Meu nome é Luís Rogério Machado, sou liderança da comunidade Quilombo da Família Machado, considerado, em Porto Alegre, o quinto quilombo urbano das 11 comunidades quilombolas que existem; uma das comunidades fortalecedoras na luta negra, na luta da periferia, na luta da resistência, da existência, da identidade dentro de Porto Alegre, dentro das 146 comunidades que existem em todo o Rio Grande do Sul, situado no bairro Sarandi, onde teve o maior impacto dessa catástrofe climática que teve. O quilombo foi um dos mais acolhedores ali, enquanto resistência, em todos os sentidos. Quando a gente fala em resistência, é na manutenção da vida para aquela grande Sarandi, que teve mais de 24 mil famílias afetadas. A gente, enquanto relação quilombola, relação de uma etnia banto, que é uma etnia bem acolhedora, que pega toda a centralidade de Zumbi e de Dandara, conseguiu ali, minimamente, dentro de depressão, de mil histórias trágicas, segurar mais ou menos, com café da manhã, com almoço, com janta, com roupa, com acolhimento, em todos os sentidos, o mínimo para aquelas comunidades ao redor, como Vila Nazaré, Vila Dique, Vila Brasília, Vila Asa Branca, as comunidades que estão mais impactadas agora, até pelas próprias emoções. A gente conseguiu minimamente ali dar aquela sustentabilidade na primeira parte do inferno que a gente chama, que é quando a água estava ali, em alguns locais até 4,75 metros, outros 3,45 metros, que foi o caso perto da casa da minha sogra, na Vila Brasília. Por que eu falo “primeira parte”? Porque quando baixou a água,

veio a segunda parte da depressão, quando as pessoas caíram diretamente na própria realidade daquilo que tinham perdido, até naquele pensamento muito... Vamos supor, uma senhorinha demorou 20, 30 anos para construir seu lar e vai saber que não vai conseguir construir de novo, dentro daquela perspectiva das enchentes ali, não vai conseguir. Então, aquela depressão pega, muitas vezes, assim de repente... Graças a Deus, aos orixás, aos pais, que não aconteceu, pelo menos no Sarandí, pelo menos não chegou na minha porta, que alguém tenha tentado se matar. Mas a gente é uma das resistências ali do Sarandí, com aquela necessidade básica que muitas vilas, mas além de vilas, muitas comunidades também têm, principalmente quase todas as comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, das políticas públicas, que muitas vezes não chegam dentro das comunidades, muito pela questão da própria regularização fundiária. A gente vê que isso, muitas vezes, abala, afeta muita gente, principalmente a nossa comunidade consolidada, de muito e muito tempo. Além dos 12 anos de retomada, mais de 70 anos de trajetória dentro daquele espaço. Vem da minha avó, vem da minha bisavó, vem dos parentes da Cátia, vem de outros mais antigos que estão aí sentados, que já tem muito tempo dentro daquela trajetória, dentro daquele espaço ali, entendeu? O quilombo já tem, juntamente com o INCRA, juntamente com a Fundação Palmares, Ministério Público Federal, através da representação do Dr. Pedro Nicolau, o laudo histórico, feito pela Maria do Carmo; já tem o laudo antropológico, feito pelo Alexandre Peres; já tem o laudo geográfico, agora só tem que ter uma pequena revisão ali, que vai estar junto, que não é uma revisão, é um apoio, feito com o NEGA, acho que daqui a pouco a Catarina está por aí, representando o NEGA – Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente. Já tem sua trajetória histórica dentro daquele espaço ocupado pela comunidade, através daquilo que fazem, a educação quilombola, que tem que entender dos colégios, dentro do quilombo tem, até tem uma grande referência, que é o Colégio Liberato, o diretor não conseguiu vir para dar esse apoio para gente. A capoeira, o afoxé, toda aquela trajetória ancestral negra que o quilombo tem, os Machado tem lá dentro, principalmente o trabalho de resgate cultural com as crianças, adolescentes,

adultos. Tem um pessoal da UFRGS que faz um trabalho muito importante, e, agora, recentemente, eu participei do ENEM, 43 anos e participando no ENEM, quero ser advogado, porque eu vejo poucos advogados que defendem a causa quilombola, que não entendem muito da causa quilombola, então a gente não tem advogados que entendam muito da causa quilombola, e alguns advogados que têm, acabam se apropriando daquela trajetória ali e não expandindo para outros, entendeu? Então eu quero fazer essa caminhada, se Deus permitir, se os orixás permitirem, para que seja mais um na defesa dos territórios também, que falta bastante dessa caminhada, aos 43 anos, que seja com 50 anos mas eu quero estar formado para que essa questão aconteça, não só da causa quilombola, mas da causa de povo de terreiro, da causa indígena, como o Odirlei, do povo kaingang, da aldeia (Ininteligível.); tem que ter essa importância dentro da preservação, da valorização das comunidades quilombolas, não só de Porto Alegre, são 11 quilombos urbanos, mas também das 146 comunidades, que a gente vê, locais em que a gente vai. Estava em Casca, agora, nessa semana, no encontro do litoral sul. Eu vejo também a mesma necessidade de não ter advogados prontos para isso. Muitos advogados que têm não têm muito dessa causa aí; então, para nós é bem importante. E o Quilombo dos Machado está fazendo esse trabalho; esse é mais um trabalho de resgate, de muitas pessoas chamar pessoas que queiram aprender, chamar pessoas que queiram se fortalecer nessa causa para nossa defesa, porque quando a gente fala "nossa defesa" é a lei do território, é nossa vida; é a lei do território, é a nossa identidade; a lei território é a ancestralidade. Para gente ter tudo isso a gente precisa do nosso território para isso, a gente tem que ter a nossa terra; aquele espaço que, desde a falsa Lei Áurea, não teve para nós, na verdade; o que aconteceu? "Ah, você, você preto, pegue aqui; você preta, principalmente as mães pretas, pegue aqui, você está livre." Tá, você está livre, mas vai ir para onde? Você está livre e vai correr para onde? Você está livre e vai fazer o quê? Até hoje, não sei se vocês sabem, o trabalho de empregada doméstica, a maioria, não só no Rio Grande do Sul, mas no Brasil, é feito por mulheres pretas; foi através daí que... É um dos trabalhos que é mais ocupado pela população preta, principalmente

pelos mulheres, foi através de um grande racismo que teve, de a gente não ter nossa terra, de não ter nosso espaço. E até hoje, se a gente for ver aí, através do IBGE, através de algumas pesquisas, qual é a maior população que trabalha como empregada doméstica. Então, o quilombo tem essa resistência, tem suas necessidades, como hoje a gente já teve, em 2014, no DMAE, uma caminhada que a gente teve lá, com a gestão da época, conseguiram puxar um cano ali para dentro, mas não foi possível para manter a comunidade. A comunidade que mora mais no fundos todos os anos é a mesma correria com a água, todos os anos é a mesma falta de água, todos os anos é a mesma prejudicação, sendo que a água é uma necessidade, além de básica, necessidade da vida. Se a gente não beber água a gente não sobrevive. A luz, a gente deixou bem claro, através do Ministério Público Federal, que a gente ia puxar; como é que a gente ia sobreviver, dentro daquele espaço, sem luz. Os canos, se a gente for ver, quando a gente falou em saneamento básico, Karen, os canos, quem fez foi a própria comunidade, fazendo uma vaquinha, de 2013 para 2014, para não ficar a céu aberto. Se chegarem lá vocês não vão ver canos a céu aberto. Não foi poder público, foi a comunidade mesmo que fez essa demanda tão necessária assim para dentro da comunidade, como também a construção de várias casas ali para gente, cada vez mais, ir se fortalecendo ali também. Água, luz, saneamento, políticas públicas são necessidades que o Quilombo dos Machado, não só o Quilombo dos Machado, mas várias outras comunidades também necessitam. Então a gente está aqui hoje nessa mesa, para eu passar, senão vou continuar falando mesmo, pedir aí aos órgãos públicos, apoiadores, INCRA, Ministério Público Federal, Karen, nossa parceira de muito tempo, que nos ajudem, conheçam, em primeiro lugar, a comunidade, façam uma visita à comunidade, para vocês verem as demandas da própria comunidade, e que vocês nos ajudem ali, que a gente consiga ter uma água, que a gente consiga ter uma luz, que a gente consiga ter um saneamento, que a gente consiga ter dignidade. O mínimo que a gente veio pedir aqui com a comunidade total é dignidade para aquela comunidade, que é tão lutadora na preservação, principalmente ancestral, mas também da vida, da luta pela vida, pela

sobrevivência. E gente vê aí muita especulação imobiliária, assim, que a gente tem muito essa visão para as próprias comunidades. E os quilombos, se não fosse, os quilombos ter a resistência, o Jamaica não estaria aqui falando, a Karen, não estaria aqui falando, a... (Ininteligível.) ...não estaria aqui falando. Isso foi resistência para gente estar aqui hoje resistindo, mesmo sabendo que hoje ainda são os que mais são afetados e mais mortos, mas viemos pedir, para vocês, que nos ajudem, parceiros, amigos, que o Quilombo saia daqui com uma boa resposta, sim, para que essa grande demanda e grande necessidade do Quilombo, junto com INCRA, seja, não beneficiado, mas seja posto ali para comunidade, que é uma grande cidade, está bom, gente. Bom dia a todos, todas e todes!

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Jamaica; quero chamar para compor a mesa, Aline Peixoto, representando a Procuradoria Geral do Município, muito obrigada Aline, por estar aqui conosco. Da última vez era o procurador Marisco – acho que é importante ter a PGM junto, porque é uma novidade em todo município, a regularização fundiária de áreas quilombolas não passa pelo DEMHAB. Na última reunião, inclusive estava aqui o secretário André Machado para acompanhar, porque é distinto, como Jamaica colocou, ainda é uma novidade no meio jurídico, institucional. Eu acho que é muito importante vocês estarem acompanhando, sintirem-se à vontade também intervindo, Aline. Vou passar para o Sebastião, que é a representação do INCRA, para nos trazer em que pé anda o processo de regularização, bem como os marcos legais que são fundamentais para dar segurança jurídica, tanto para o DMAE, quanto para CEEE Equatorial iniciar ali o processo de regularização.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Bom dia a todos e a todas, quero saudar a Ver.^a Karen, em nome dela todas as mulheres presentes, o Presidente, Ver. Culau, eu quero saudar aqui o Ver. Cassiá, porque a gente não se conhece muito, mas tantas vezes a gente almoça no mesmo restaurante que somos quase parentes já.

Então gente, eu sou Sebastião Henrique, do INCRA, eu sou chefe da divisão de regularização de territórios Quilombolas do INCRA aqui no Rio Grande do Sul. Um rápido histórico, até antes novembro de 2003, quem tinha a responsabilidade de titular da área Quilombola era a Fundação Cultural Palmares. Em 2003, com o [Decreto nº 4.887](#) passou para o INCRA, por quê? Porque o INCRA é o órgão de terras do governo federal. Então muitas áreas tituladas pela Fundação Cultural Palmares não eram, como a gente diz, não podia fazer registro em cartório, porque não havia, a gente fala, a desintrusão de propriedades ou posses dentro do território, quando os quilombolas iam registrar o título, tinha dono em cima. E a partir de 2003 passou para o INCRA que faz todo um trabalho que tem três fases: identificação, delimitação e titulação da área. Identificação: nós vamos saber quem são os quilombolas, onde estão, da onde vêm, etc., etc., que ao fim nós chegamos ao RTID, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação. É um relatório muito amplo que tem todo um trabalho sócio-histórico, antropológico, cadastral de levantamento fundiário de propriedades ou posses que possam incidir sobre território. E nós publicamos esse relatório no Diário Oficial da União, do Estado e notificamos a prefeitura do município onde está o território para que ela também publicize este relatório. A partir daí abre-se um período de contestação dos proprietários posseiros a esse relatório.

Sobre a questão Porto Alegre, para gente só contextualizar. Nós temos hoje em Porto Alegre 11 comunidades quilombolas. Onze comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. E aí eu quero que as pessoas entendam, o INCRA não reconhece comunidade quilombola. Quem reconhece é a Fundação Cultural Palmares com seus processos. Eu estou aqui com uma certidão da Família Machado, tem na legislação, tem o art. 68, toda a questão da normativa internacional da OIT em que o Brasil é signatário da [Convenção Nº 169](#), em que as comunidades quilombolas, entre outras comunidades tradicionais, têm o direito de autorreconhecimento. Por isso que a Palmares dá a certidão do autorreconhecimento, não que ela reconheça o quilombola, ela reconhece o reconhecimento do quilombola. Ao INCRA cabe identificar, regularizar e titular o território, inclusive tem comunidade aqui no Rio Grande do Sul, nós temos aqui

para vocês terem uma ideia, 158 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, é o sexto estado com o maior número de quilombos. Mas tem comunidades quilombolas dentro da Palmares que não querem regularizar o seu território, está muito bem lá, não quer mexer. E por quê? Por dois motivos, o território quilombola, como intitulado, ele é coletivo. Ele sai no CNPJ da associação, ele é indivisível, é impenhorável, é imprescritível, entre outras coisas. E por quê? Porque é o reconhecimento de quem lutou pela terra, que está lutando, e a garantia para as gerações futuras. Então esse é o nosso trabalho, de identificar. E nós, lá em 2003 nós abrimos processo sem ter assistência da Palmares, a pedido do Ministério Público, mesmo por um grupo de quilombolas, a partir de uns dez anos para cá só abrimos processo de comunidades certificadas, reconhecidas pela Função Cultural Palmares. Eu digo sempre: o Estado brasileiro não reconhece o quilombola. Ele reconhece a comunidade quilombola. O Jamaica só é quilombola porque ele é quilombola da família Machado; se alguém chegar na minha sala e disser: “olha, eu sou quilombola eu quero terra.” Eu vou dizer: olha, você vai para outro setor que é de assentamento, vá lá se cadastrar para receber um lote de terra, porque você não é de comunidade quilombola, quilombola só é de comunidade.

Então vou tratar agora da família Machado. Nós concluímos, em parceria a contratação de um antropólogo, o relatório sócio-histórico-antropológico; são dois relatórios histórico-antropológicos, nós concluímos alguns dias atrás o cadastramento das famílias. São aproximadamente 200 famílias, como a Machado, 200 para mais. Até onde nós chegamos: 200 famílias. Isso é importante a gente também contextualizar Porto Alegre; acho que a procuradora, não sei se ela participou de uma reunião que nós tivemos há poucos dias sobre o Quilombo Fidélis, que fica na Cidade Baixa, que também é uma situação em que 90% da área é do Município. Como outro quilombo, o Luiz Guaranha, 90% é do Município. E o [Decreto nº 4.887](#) diz que os municípios, os entes federados podem titular essas áreas; o INCRA não precisa titular. Um exemplo dou para vocês: família Silva, aqui no Mont’Serrat, o INCRA chegou lá, a comunidade estava sendo expulsa judicialmente por uma reintegração de posse de

proprietários que nunca botaram o pé lá – e ali é um dos metros quadrado mais caro de Porto Alegre. Bom, o INCRA entreviu, deu no que deu, a área titulada hoje, ninguém tira a família Silva de lá. Mas nós temos um próprio municipal que atravessa o Silva, que é um projeto de uma rua ligando a Nilo Peçanha à 3ª Perimetral. A Prefeitura tem que titular aquela área, porque o decreto, a legislação diz que o INCRA repassa o processo para o ente federado para ele concluir o processo. Concluir o processo é a titulação, não existe outra forma de cumprir o processo, e nós estamos, há anos, tentando concluir o processo.

Família Machado, é uma área significativa para todo esse número de pessoas, e nós, em relação à água e à energia elétrica... (Pausa.)

Então, em relação a obras em obras em quilombos. A maioria das comunidades quilombolas não têm propriedade da terra, ou são de particulares ou são de entes federados, de estados ou municípios. E as empresas, sejam de energia elétrica, sejam de água e esgoto, sejam de habitação, elas primeiramente querem o documento da terra. Como é que vão colocar dinheiro público ou dinheiro dentro de uma área que é particular? Daqui a pouco, tu pões um cano de água e fica para um particular usar o cano de água. Então nós, no caso da família Machado, nós já demos três certidões. O que são certidões? Meu Deus do céu. O INCRA certifica a Equatorial, que foi o caso, o DMAE, a Caixa Econômica, dizendo o seguinte: “Nós temos um processo no INCRA de uma área certificada pela Fundação Cultural Palmares, está assim, a etapa que está é essa, e nós garantimos que vamos concluir esse processo. E nós concordamos autorizamos que a área ocupada – ocupada – receba políticas públicas”. Por que a área ocupada? Porque, na conclusão do processo, ou fica a área ocupada como está ou ela vai ampliar; ela não vai diminuir. No caso da família Machado, nós temos um proprietário – é uma empresa. E diferente da reforma agrária, o INCRA não indeniza ou não desapropria essa terra que paga com TDAs, que é Títulos da Dívida Agrária; o INCRA indeniza e paga em dinheiro a preço de mercado. Uma das críticas ao INCRA é que, primeiro, foi quem inventou quilombola; não, o INCRA nunca bateu na porta de ninguém perguntando se é quilombola ou não, eles que foram lá no INCRA abrir o processo. E outra crítica

é que o INCRA desrespeita a propriedade privada; não, o INCRA paga por ela e paga bem para caramba. Para vocês terem uma ideia, a Caixa Econômica, com a nossa certidão – inclusive essa não está, porque não foi necessário com a Caixa Econômica –, está entregando 50 casas belíssimas lá no Quilombo dos Alpes. Eu queria ter uma casa daquelas. Uma certidão que nós demos, e aquelas casas estão em cima de áreas particulares, áreas privadas, propriedades, e a Caixa fez porque nós garantimos que vamos fazer. Para vocês terem uma ideia, só um proprietário lá vai receber R\$ 6 milhões. O custo dos autos foi R\$ 30 milhões. Pois não.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): Permita-me, é bom dizer isso, porque muita gente pensa ao contrário, que é invasão. Pelo o que tu estás relatando aí, tem os seus trâmites naturais, não se fala em individual, em coletivo, como muito bem colocado. Então, eu acho que até a gente tem que saber, porque às vezes nos perguntam. Eu moro no morro São Caetano, fica atrás, ali tem muita especulação inclusive de fazerem condomínio, disso e daquilo, muita fofoca, muita intriga, sabe que tem bastante. Então foi bom tu dizeres isso, porque as pessoas pensam que... o Jamaica já tinha deixado mais ou menos. Mas dá a intenção na comunidade que há invasão e não um direito, e pelo qual o proprietário é indenizado, e muito bem, isso é importante que a gente possa esclarecer. Acho que tu estás sendo muito sucinto, mas direto ao ponto, esclarecedor das questões.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Obrigado.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (CIDADANIA): E aí eu gostaria, de nesse tom, fazer a pergunta o seguinte: o INCRA é o responsável pela legalização dos quilombolas, onde que entra a responsabilidade do DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação? Qual é a diferença de um para o outro?

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: A atribuição do DEMHAB, até me

corrige o pessoal do DEMHAB, é a instalação de água e esgoto, do DMAE, desculpa; o DEMHAB, habitação. Eu quero aqui, gente, eu não estou aqui para fazer discurso político nenhum, mas há um movimento... Porque tem uma coisa, vereador, os quilombolas são isentos de IPTU; é uma lei federal, e, na área rural, há um projeto na Câmara e Senado de isentar de ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. Infelizmente, a gente já ouviu isso de representante da Prefeitura que não vão fazer projeto em quilombo, porque não pagam ITR, não vão pôr asfalto, não vão pôr isso, porque não pagam ITR. E eu falei para esse representante da Prefeitura que, se vendessem todo o patrimônio de Porto Alegre e distribuíssem para cada família quilombola, talvez não pagasse essa dívida de 363 anos de escravidão que este País teve. Eu não quero entrar nesse mérito, porque eu sou de outro Estado, sou paraense, eu moro aqui há muito tempo, quase 30 anos, e eu fico impressionado quando eu vou para a serra e vejo aquelas coisas bonitas que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Paysandu, por favor. Eu sou aquele que foi quase campeão da Libertadores, vereador, pelo amor de Deus. Bom, gente, então o DEMHAB pode e, na minha opinião, deveria fazer projetos habitacionais, porque há financiamento, existe o Minha Casa, Minha Vida específico para quilombola, que foi lá nos Alpes. Então, há recurso, agora tem que ter projetos, e aí sempre a desculpa que essa área é irregular. Nós garantimos que nós vamos concluir e pagaremos o que, por acaso, for privado; agora, se for público, por favor, titule a área.

Para concluir, nós demos para a família Machado várias certidões, inclusive para várias coisas, uma delas importante, eu quero aqui ressaltar, é uma que foi para energia elétrica, também eles passaram sete dias ou mais sem energia elétrica uma vez. E nós demos certidão para cá, certidão para ali e não resolvia, até que nós descobrimos que a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica – tem uma resolução, no art. 67, que diz que a apresentação de licença ou declaração

emitida pelo órgão competente, caso as instalações ou extensão de redes de responsabilidade do consumidor e demais usuários ocuparem áreas protegidas por legislação, tais como unidades de conservação, reservas legais, áreas de preservação permanentes, territórios indígenas e quilombolas. Então, nessas áreas, nós, a resolução diz que o INCRA, o documento que dá garantia – no caso, a energia elétrica é o INCRA que dá –, e eu não sei se existe uma agência reguladora na questão da água, não sei se tem uma coisa parecida, porque me preocupa nós discutirmos se uma comunidade tem acesso à água, não quando é água, na minha opinião, tinha que arrumar um jeito mesmo em situações extraordinárias. Mas se querem garantia para isso, o INCRA dará, porque o INCRA está dizendo aqui em público e no Poder Legislativo de Porto Alegre que nós vamos concluir o processo da família Machado. Nós vamos desapropriar o proprietário e vamos pagar um bocado para ele, mas vamos fazer isso e não é porque nós queremos fazer, vereador, é porque existe um artigo na Constituição exatamente cem anos depois da Lei Áurea que diz que o Estado é obrigado a titular as áreas de quilombos, obrigado. E aí botaram isso lá no finzinho, nas disposições condicionais transitórias, que era assim, lá no fim, vai ser uma meia dúzia de três ou quatro comunidades. Hoje, nós temos quase seis mil comunidades no Brasil. Nós temos três mil e poucas comunidades certificadas no Brasil. Nós temos 800 comunidades no Maranhão, temos 680 na Bahia e temos 158 aqui no Rio Grande do Sul. E nós não podemos fugir disso, porque o Ministério Público está no nosso cangote, a justiça está no nosso cangote. Nós temos 32 ações civis públicas, destas, 8 são de força executória, obrigando o INCRA a fazer, que é titular a terra. Nós temos um quilombo chamado Morro Alto aqui, vereador, (Ininteligível.) Osório e Maquiné em que há uma mobilização política. E agora, em Arvinha, lá em Sertão para reverter esse procedimento. E quando nos cobram isso, eu mostro a sentença judicial: Oh! O juiz mandou. Então é isso, eu estou aqui para representar o INCRA e dizer que nós temos obrigação constitucional e legal e estamos à disposição para contribuir e garantir que a família Machado possa acessar as políticas públicas, sejam de água, luz, habitação, porque nós podemos dar garantia que esse processo vai ser

concluído. Obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Sebastião. Retomando, na última reunião de comissão que a gente teve há dois anos, era o Marcelo Paludo, se eu não me engano, o gerente responsável pelo projeto de regularização, Gambiarra era o nome do projeto. E a gente chegou a reunir na comunidade, iniciou o trabalho, houve as medições das ruas, só que daí em determinado momento houve uma mudança na gerência da CEEE, e a gente perdeu o contato e não conseguiu retomar essa construção que já estava acontecendo dentro do território. Agora o Rodrigo foi colocado à disposição pela empresa, a partir do apagão que a gente teve aqui em Porto Alegre, em janeiro, a Equatorial botou uma representação para fazer o intercâmbio com os parlamentares, e, ao ter o contato do Rodrigo a gente não resolveu retomar essa conversa sobre a regularização dos Machados, abrimos protocolo, enviamos a documentação que o NEGA, que o decreto que vem fundamentando a legalidade e o protocolo foi aberto já na CEEE. E com o DMAE, o encaminhamento da última reunião, há dois anos, era também que houvesse o encaminhamento da documentação, da regularização, do processo de regularização para o DMAE também ter legalidade para fazer as instalações, e isso não aconteceu. Então, de imediato, eu quero passar, Rodrigo, primeiramente a ti, a gente já tem o protocolo aberto, para saber como está o andamento desse cronograma para essa instalação. A gente quer construir isso junto, se necessário for ir lá dentro da comunidade, a gente marca para a comissão estar acompanhando, a gente quer acompanhar esse processo de perto. Então vou passar para ti e depois para as apresentações do DMAE também.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Bom dia a todos. A Ver.^a Karen nos procurou, acho que mais recentemente no final de setembro para retomar esse processo de regularização da energia elétrica no Quilombo dos Machados, e a partir dali a gente encaminhou, fez o pedido dos documentos iniciais para dar início ao processo e, logo em seguida, a gente encaminhou para a empresa parceira para

fazer o projeto de regularização do local onde vai ser feita a instalação da rede elétrica. Agora, ontem mesmo, a vereadora nos procurou para confirmar a reunião, a gente questionou a empresa parceira de como estava o andamento, se necessitava algum documento a mais, se estava faltando alguma coisa. E aí eles nos disseram que estaria faltando a documentação, o primeiro documento seria a documentação de um imóvel, mas como o representante do INCRA colocou, já aproveitando o ensejo, nós vamos solicitar esse documento da certidão de posse do local. Depois, através da vereadora ou diretamente, que possam nos enviar para anexar ao processo. E também o perímetro da área onde precisa ser regularizado. A partir daí a gente repassa toda essa documentação para a empreiteira, para a empresa parceira, e aí fica monitorando o andamento do processo.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Rodrigo, enviar essa documentação é algo tranquilo, hoje mesmo a gente encaminha. Tu tens uma previsão, com essas parcerias que a Equatorial vem desenvolvendo, um prazo? Vocês têm algum controle no contrato, com as empresas parceiras, de um cronograma de atendimento à Equatorial? Como é que está essa construção?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Precisa ser analisado caso a caso; de momento não tenho como me comprometer em relação a prazos, mas o mais importante é começar esse processo com a documentação completa. E outro detalhe que nós precisamos é fazer o pedido de ligação em nome de... Um pedido apenas já é suficiente, a princípio se imaginava que fosse necessário um número maior de pedidos, de mais pessoas para reforçar o pedido em si, mas uma pessoa só já é suficiente. Então o que nós precisaríamos? Pode ser associação, só que nesse imóvel, bom, o que nós teríamos? A certidão emitida pelo INCRA, a delimitação da área onde vai ser regularizada e a documentação da associação, no caso seria o CNPJ, a primeira e última folha do contrato social e o RG e CPF do representante legal da associação. Com essa documentação, a gente repassa para a empreiteira para dar prosseguimento ao processo e, ao mesmo tempo, a

gente já cobra deles também uma previsão mais aproximada da realização da obra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Rodrigo, eu enviei para vocês a solicitação da regularização da luz, com o CNPJ da associação, assinado pelo Jamaica, está anexo ao documento, junto com o estudo antropológico.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Na Rua Rocco Aloise, 1.000. O número do CNPJ, a gente emite também, pode entrar no *site* da Receita Federal, ali a gente já emite o cartão, então já seria um documento a menos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Enviei também em anexo o estudo feito pela UFRGS, onde tem a área delimitada. Tudo está naquele *e-mail* que nós trocamos, estão lá as documentações que tu me solicitaste

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Então só RG e CPF do representante legal da associação. Em cima disso, a gente já faz um primeiro pedido de ligação, que já é suficiente para dar *start* ao pedido, e junto com a certidão do INCRA, que é indispensável.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito. Então a gente vai iniciar novamente o pedido de ligação, porque a gente fez esse pedido de ligação via associação de moradores, com toda a documentação que foi solicitada pela Equatorial, mas vamos reenviar e vamos acrescentar também o documento do INCRA da posse da área, e, a partir de daí, vocês entram em contato com a empresa parceira e cobram um prazo. Pode ser assim, Rodrigo? Porque a gente precisa ter um cronograma de uma primeira visita à comunidade para a gente sair daqui com alguma previsão.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Aí com essa documentação, nós seguimos conversando para mantê-los informados do passo a passo, de como está o

andamento, se falta algum documento, se já tem uma previsão para iniciar a obra, a gente se mantém...

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito. Retomando, também acho que vale a pena buscar, lá no histórico dessa época, esse processo foi iniciado com o Paludo, o antigo gerente.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Acho que foi em 2021.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Foi em 2021/2022. A gente foi na comunidade, a CEEE foi lá e, de certa forma, o processo se perdeu. Dentro da empresa deve ter esse registro também, vale a pena resgatar, porque tem um trabalho que foi feito por vocês.

Jamaica, podemos trabalhar assim o encaminhamento da energia elétrica?

SR. LUÍS ROGÉRIO MACHADO: Acho que pode, sim, acho que é bem tranquilo fazer esse trabalho de regularização lá, é bem tranquilo.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Primeiro a ligação, através da associação, que vai ser, no caso, depois de colocada a rede, aí fica liberado para os demais moradores fazerem os seus pedidos individualmente.

SR. LUÍS ROGÉRIO MACHADO: A gente pode fazer esse pedido também coletivamente, como a gente fez com o pessoal do NEGA, chamar ali todo mundo e a gente fazer... A gente pode fazer, tipo, todo mundo junto, ao mesmo tempo

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Para iniciar esse processo, a gente até imaginava que fosse necessário, para ganhar força, ser dessa forma, mas não tem necessidade. Inicialmente, um pedido só, poderia ser até num nome, ao invés da associação, se fosse o caso, num nome de um CPF, poderia ser também,

mas acho que associação também fica de bom tamanho, fica a impessoalidade, aí depois de concluído o pedido da ligação para a associação, todos vão poder fazer o seu pedido através dos canais de atendimento normais que a Equatorial disponibiliza, porque já vai haver a rede.

SR. LUÍS ROGÉRIO MACHADO: É preocupante, porque se cada um for fazer o seu pedido, a gente não saberá o tempo que demora. Qual é a nossa proposta, vamos ver se dá certo assim? A gente se reunir na comunidade e fazer como a gente faz com o INCRA, faz com o NEGA, pegar o nome de todos os moradores numa pasta e entregar diretamente para a Equatorial, que já vai saber endereço, nome, tudo certinho, porque o quilombo, quando a gente fala na associação, a gente fala da área no total, que são 4,5 hectares, entendeu? A luta dentro do quilombo não é por casas, mas sim por todo o território, numa totalidade. Será que a gente conseguiria fazer assim? A gente pegar todos os papéis de todo mundo, de todos aqueles, os principais das suas casas, e entregar para a Equatorial?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Pelo que eu entendi, não haveria necessidade, porque, a partir do momento em que gente vai ter a área delimitada, todos vão ser contemplados, porque a primeira ligação contemplaria todos, porque a área já vai estar também delimitada. Dentro do perímetro, onde um for atendido, todos vão ser. Será como tu pedires uma ligação num local onde já tem a rede, tu vais fazer o teu pedido e vai levar o prazo normal para ser atendido, porque já vai existir a rede.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Presencialmente na agência, através do *site* ou dos canais normais de atendimento.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Pelo que eu estou entendendo, a CEEE leva a energia através de um poste, depois vocês vão instalar os medidores individuais em cada residência e aquele poste de metal, que é a ligação precária, como eu chamo, um postezinho de metal que não obriga o morador a colocar o seu próprio poste. Esse era um projeto Gambiarra, né?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: É. O projeto Gambiarra, este ano – o ano está acabando, também, mas este ano não existe mais –, mas, a partir do momento que nós vamos colocar os postes na rua, poste a rede na rua, isso estando colocado depois é um processo normal. Qualquer ligação vai fazer o seu pedido individualmente.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Cada morador puxa o seu fio?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Entendi.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Bom dia a todos e todas, saúdo a Mesa aqui, os vereadores e a comunidade, eu sou engenheira do DMAE e sou gerente de planejamento. Bom, como a vereadora já relatou e o representante do INCRA também, já passaram pelo DMAE várias solicitações e processos. Eu identifiquei ali uns quatro, cinco processos dessa área. É uma área que a gente conhece já e está no nosso radar até para atendimento, mas a gente tinha aquele empecilho que redes públicas e infraestrutura pública são colocadas em vias urbanas, regularizadas e públicas, ou seja, não posso colocar uma rede pública numa área particular, dentro de uma área particular, de um condomínio ou de uma área delimitada. O que existe de infraestrutura é privado, a rede pública vai na via pública. Então esse foi o empecilho que sempre existiu em finalizarmos, podermos finalizar esse atendimento. O que até no último processo que a gente recebeu, agora, em 2024, que foi solicitado ali pelo Ministério Público Federal,

nosso último encaminhamento é que o INCRA encaminhasse a delimitação correta da área. A gente sabe onde é, mas a gente não tem uma delimitação correta para ver até onde é o limite dessa ocupação. Então isso está pendente de nós recebermos, e essa questão também dessa certidão que iria para os órgãos para poder regularizar. O que eu posso dizer aqui? Nós temos já, desde 2023, a gente levantou aqui, fez um levantamento, identificamos 73 áreas irregulares em Porto Alegre que necessitam de um abastecimento, e a área de vocês estava listada aqui. Ela está mapeada e está listada. Nós já estamos no segundo contrato para atender essas áreas, e como é que a gente prioriza isso? Aquelas áreas que já estão em situação de Reurb, que o DEMHAB nos sinaliza, que é adequado que já deveríamos encaminhar a infraestrutura. Agora, pelo que eu entendi, não é dessa forma, é de uma outra forma; até então a gente não sabia, isso sim é novidade, foi novidade para nós aqui hoje. Então eu acredito que nós vamos encaminhar dessa outra forma, pegando essa delimitação, a quantidade de famílias e essa certidão para que possa autorizar o órgão. Porque é bem aquilo, eu tenho que dar uma satisfação de como é que é gasto o dinheiro público. Então a gente tem que ter isso tudo sempre registrado. O que que eu colocaria? Desse contrato que a gente tem em andamento, que já estamos na segunda edição dele, a gente faz a implantação de rede em áreas então em etapa de regularização, mas que ainda não estão regulares, mas que têm toda a possibilidade de, enfim, se regularizarem. A gente faz inicialmente um levantamento topográfico. Esse contrato até está comigo atualmente, eu faço a primeira etapa desse contrato que é a parte de levantamento e projeto. Depois eu passo para a gerência de obras. A gente então encaminha através da empresa, eu geralmente faço uma visita lá no local para demonstrar para a empresa, e aí a empresa começa a fazer o levantamento topográfico e de identificação das economias. Talvez a gente, vou ter que também ver algumas situações aqui que a gente talvez tenha que excepcionalizar alguma coisa, por exemplo, a questão da via pública que não vai ter lá na área, vai ter acessos, porque depois essa via pública é necessária também para fazer a regularização. Esse contrato, a gente então identifica família por família. A gente coloca uma

rede de água definitiva e hidrômetros individuais. Então também o objetivo desse projeto é diminuir perdas, a gente sabe que aqueles locais que não têm apropriação do consumo, as perdas são muito grandes. Então, quando a gente coloca responsabilidade em cada um dos moradores, dizendo que ele tem que fazer o uso racional e consciente, a gente consegue também diminuir perdas. Esse também é o outro objetivo do programa, além de levar uma água de qualidade nessas áreas que, às vezes, ficam anos tramitando para se regularizar, a gente também tem esse objetivo. A gente faz o levantamento, primeiro, topográfico, identifico todas as casas, as economias; depois, a gente faz o projeto. E aí a gente faz também: a própria empresa contratada vai de casa em casa para assinar o termo de compromisso de cada um dos moradores, para vincular cada uma das economias com o hidrômetro que depois vai receber e a conta d'água, que também vai receber depois, tarifa social com o pessoal que tem como comprovar a questão para ter o benefício da tarifa social. Depois de terminado o projeto, a gente até marca uma reunião lá com a comunidade e explica, mais ou menos, como é que vai ser a obra, para todo mundo também ficar ciente ali de como a obra vai ocorrer, depois, iniciam as obras.

No primeiro contrato, então, eu comentei com vocês que eu tenho esta listinha aqui que eu me baseio: tinham 73 comunidades, a maioria já atendida com um ponto de consumo, como vocês têm, em 2012, a gente fez uma extensão de rede ali e disponibilizou um ponto de consumo. Então a maioria dessas comunidades aqui ou são atendidas por caminhões-pipa, ou por reservatório coletivo, que o DMAE coloca água lá, ou por pontos de consumo, que a gente chama tipo um ramal coletivo. A gente já fez, no primeiro contrato, em torno de 13 comunidades, e aí eu tenho comunidades grandes e comunidades pequenas também. E o segundo contrato que iniciou este ano, faz uns seis meses, eu já terminei quatro projetos e agora dei ordem de início para mais três áreas. Então, eu posso incluir, salvo ali algumas coisas que a gente vai ter que ver como encaminhar, como a questão das vias públicas, que, depois, não vou ter e aí a área comercial vai ter que me dizer como é que vai ser verificado, a gente pode encaminhar, tendo o aval lá – eu acredito que sim – da direção geral e do meu

diretor lá de desenvolvimento, eu posso incluir numa próxima leva. Eu dou, assim, de quatro, cinco projetos de cada vez para a empresa, então eu posso incluir na próxima leva para a gente começar a fazer o levantamento lá. Lá a gente tem viabilidade técnica para atender, tem algumas áreas que, às vezes, a gente não tem, que teria que fazer um bombeamento, alguma outra coisa mais complicada. Ali a gente teria viabilidade técnica para atender. Então, o que a gente poderia encaminhar é isso. Eu pergunto para o representante do INCRA a questão das tarifas: se possibilita a gente fazer a tarifa no nome de cada um dos moradores?

Agência reguladora, o DMAE ainda não tem, mas é uma prioridade para nós até para receber recursos federais, isso é muito solicitado. A gente está em vias de assinar com a Agergs, mas ainda não temos uma agência reguladora. Quando existe essa agência reguladora, tem esses encaminhamentos que, às vezes, fogem do padrão, que podem ser estabelecidos de acordo com a agência reguladora.

Então as minhas dúvidas seriam essas. E o cronograma seria, mais ou menos, assim: eu posso encaminhar, esta semana eu dei ordem de início para três áreas, posso me comprometer, vamos dizer, que uma das próximas a ser emitida ordem de início para levantamento e projeto seria área de vocês. E aí a gente ir trabalhando para arredondar essas questões aí que a gente tem que decidir.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Airana; obrigada, Luís, por estar aqui presente conosco. A Aline, da PGM, está com a palavra.

SRA. ALINE CÂNDANO PEIXOTO: Bom dia a todos. Na realidade, eu sou da PGM, da Procuradoria de Regularização Fundiária, não sou do DEMHAB, só para deixar claro. Eu conheço um pouco da comunidade Machado, sei da organização que vocês têm, desde ali da pandemia, até por ações que foram feitas lá, principalmente, eu acho que dentro da associação, então. E eu trabalho com regularização fundiária, então eu sei que isso tudo é complexo, as questões são complexas, tanto de moradia quanto de urbanização. E daí eu trago aqui até

uma questão de pergunta, que eu vejo que é muito similar a regularização fundiária que a gente faz no Município com a regularização de um território quilombola; ou pelo menos deveria ser, pelo que eu entendo. Então, eu traria aqui se há uma possibilidade de fazer um projeto urbanístico na área. Porque, é claro, a gente está aqui tratando de água e de luz, mas com a entrada principalmente do Planejamento do DMAE, há já uma sinalização de rua, tem que ver a questão da drenagem, não sei se alaga ali aquela região ou não, para deixar uma área para a bacia de amortecimento. Quando é feito um projeto urbanístico, e eu e eu sei que também vocês têm a cooperação da UFRGS, então, daqui a pouco alguma ONG faz, um arquiteto ou um engenheiro faz esse projeto urbanístico, que vai facilitar muita coisa. Vai facilitar também ter área de lazer, talvez uma área que seja designada para uma praça, que é importante para a comunidade. Então, eu trago essas questões, fico à disposição na Procuradoria de Regularização Fundiária, tanto da comunidade, quanto do INCRA, para qualquer orientação. É claro que são processos, procedimentos similares, mas cada um dentro da sua competência, dentro do ente federativo. O Município, nesse caso, não tem qualquer ingerência na regularização. A competência é da União. Mas ficamos à disposição. Inclusive no Município, dentro do procedimento de regularização fundiária, Ver.^a Karen, a gente tem a comissão técnica de regularização fundiária, que dá as diretrizes do que aquele perímetro, aquela área precisa para ter uma urbanização mais voltada para a sociedade e para toda a cidade. Porque não pode ver uma área isolada da outra, tem que ter uma continuidade de rua, tem que ter uma continuidade de todo o serviço público prestado ali. Fico à disposição. Seria isso.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): A Airana pediu um aparte, pelo DMAE. Na sequência, pediu um aparte também o Sebastião. Na sequência, o Ver. Culau está inscrito.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Só para complementar o que a colega Aline colocou, realmente é isso mesmo, acho que um olhar macro sempre é

necessário. Eu respondi basicamente com relação à questão da água porque a gente sabe que a água é o que é mais urgente para a comunidade sempre. E, nessas comunidades em que a gente tem colocado água, a gente pede um pouco de paciência, porque a gente tem muitas, eu tenho 73 aqui com necessidades de abastecimento de água, esgotamento sanitário e redes. A gente precisa muito mais, inclusive em áreas formais ainda há essa carência de implantação. E realmente, para a gente implantar depois a rede de esgoto e a rede de drenagem, esse projeto tem que estar compatibilizado com o projeto de pavimentação. Porque se a gente coloca rede de esgoto, a rede esgoto é uma rede com um diâmetro pequeno, de 150mm, ela não tem condições de receber toda a água da chuva, vamos dizer, em grande intensidade. As redes de pluvial, dimensionadas para receberem água da chuva, já iniciam em 300mm, então a diferença, em termos de volume, é muito grande. Então, o que a gente orienta nessas comunidades em que a gente, num primeiro momento, coloca a rede de água, é que cada um resolva provisoriamente o esgoto, individualmente; ou seja, colocando uma fossa no seu terreno, para não jogar aquele esgoto sem tratamento nenhum para a casa do vizinho, para aquele vizinho que fica numa área mais baixa ou logo ao lado. Porque a gente não teria condições de fazer rapidamente, depois, a instalação de rede esgoto e de drenagem, porque aí dependem de um projeto mais macro, depende de verificar as declividades, ponto de ligação, se tem redes próximas com interligação ao sistema de tratamento; então é um pouco mais complicado. Nesse primeiro momento, nesse projeto que a gente tem em andamento, a gente atende só água. Esgoto e drenagem precisam de um olhar mais compatibilizado com a pavimentação, com que situação a gente vai coletar água da chuva, onde a gente vai ligar o esgoto para tratamento. Então, o que a gente recomenda, e se vocês estão bem organizados e podem fazer isso, é cada casa fazer a sua fossa, tentar ver se dá para fazer uma infiltração no solo, alguma coisa assim, e não deixar o esgoto a céu aberto e que prejudique o vizinho.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): É fossa e filtro, né?!

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: É fossa e filtro a gente solicita, mas às vezes só a fossa já dá uma amenizada. Fossa e filtro, às vezes, já é um pouquinho mais complicado, mas é o ideal.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, são 11h15min, o teto da nossa reunião sempre é meio-dia, então, temos tempo ainda pros encaminhamentos. Acho que as colocações dos órgãos estão sendo no sentido já de nos ajudar a encaminhar.

O Sr. Sebastião Henrique Santos Lima está com a palavra.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Eu serei rápido. O INCRA não tem o monopólio de regularizar territórios quilombolas. O Município tem, o Estado tem. O Estado do Rio Grande do Sul tem um decreto antes do decreto do governo federal, que trata da regularização de territórios quilombolas. O deputado Edson Portilho apresentou o projeto, foi aprovado na Assembleia e o governador, da época, Olívio Dutra, baixou um decreto, que, inclusive, foi o que (Ininteligível.), que é o primeiro quilombo rural do Rio Grande do Sul, e os outros, Morro Alto, etc. Então, há uma legislação estadual que diz que o Estado pode titular e há uma legislação municipal. Durante o processo dos Silva, foi aprovado, nesta Câmara de Vereadores, um projeto chamado de Área de Interesse Cultural. Os quilombos são enquadrados neste enquadramento de Área de Interesse Cultural e aí há todo um regramento no Plano Diretor sobre esta área. E a Prefeitura, ou qualquer prefeitura, pode titular o quilombo quando está em cima do seu próprio municipal. Nós temos várias prefeituras no interior do Rio Grande do Sul que titularam comunidades quilombolas ou parte dela pra construir casas. Nós temos mais de 50 comunidades quilombolas que têm casas, em que alguns prefeito titularam, ou em toda a área quilombola, ou em parte dela, porque era próprio municipal e fez as casas. Então, a Prefeitura pode titular. Vou dar um exemplo: Vila Keddie. A Prefeitura tem um projeto lá de uma torre comercial e uma torre habitacional e o projeto inicial da Prefeitura é retirar todo

mundo de lá. Houve resistência e as coisas estão emperradas, vamos dizer assim. Então, temos instrumentos legais. Legislativos, pra fazer isso. São opções que devem ser feitas. Por exemplo, sobre a questão do projeto urbanístico, que você falou. Depois que os Keddies resistiram, o procurador da Prefeitura propôs apresentar um projeto urbanístico lá, mas me mandou por WhatsApp o projeto, vereador, e queria que o INCRA apresentasse o projeto pra comunidade. Não, essa tarefa não é do INCRA; o projeto urbanístico deve ser da Prefeitura, apresentado à comunidade e discutido com ela. Então, a gente não se envolve nessa relação; a nossa questão é a regularização do território. A gente ajuda a discutir com a comunidade um projeto urbanístico, mas a responsabilidade é da Prefeitura de apresentar e discutir com a comunidade. E, se ela aprovar, se ela concordar, bom, a área municipal (Ininteligível.) pode acontecer. Então, só pra concluir, o Estado, o Município e o Distrito Federal têm autonomia pra titular os quilombolas que estão em cima do seu próprio municipal.

SRA. ALINE CÂNDANO PEIXOTO: Mas no caso do Machado não é próprio municipal, que eu saiba, é particular.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Eu acredito que esse tipo de área, então, elas ficam como um condomínio, ela não vai ser como um loteamento porque não vai ter lotes urbanos e nem vias urbanas. Ela funcionaria como um condomínio. Teria alguma exceção de ter rede pública dentro da área, dentro dos acessos, porque num condomínio não tem, mas... São fechados ou abertos os acessos?

SR. LUÍS ROGÉRIO MACHADO: Tem uma rua que passa por ali que é a rua Rocco Aloise, que sai naquelas obras da Copa do Mundo. Ali, é a D. Alzira, né? Na verdade, é a única que corta ali o quilombo.

A minha preocupação é sempre com o tempo, de que as coisas vão ser feitas, até porque, como eu sou liderança, a própria comunidade vai ter essa pergunta, e, a cada pergunta que tem dos moradores, da comunidade, eu tinha que ter

uma resposta. Então, a minha preocupação, tanto com o DMAE, quanto com a Equatorial está em quanto tempo, como que a gente começa essa caminhada. Vai ser um ano, são seis meses, são quatro meses? A gente tinha que pelo menos sair daqui com essa previsão, até porque a comunidade já está esperando ali, atualmente, há 12 anos.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Jamaica.

Eu vou passar para o Ver. Culau, que está inscrito, e, na sequência, a gente abre, caso alguém queira se manifestar, quem está acompanhando a nossa reunião, que tenha ficado com alguma dúvida; do contrário, a gente vai pros nossos encaminhamentos, reiterando essas questões dos prazos e de um mínimo cronograma que o Jamaica está nos trazendo.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Bom dia a todos e todas. Eu quero primeiro me apresentar, sou Giovani Culau, vereador, presidente desta Comissão e quero te agradecer, Karen, não só pela proposição da pauta que nós discutimos, mais uma vez, no dia de hoje – porque isso já foi tema de debate aqui na CUTHAB em 2022 –, mas também por teres conduzido os nossos trabalhos nesta manhã.

Se tu me permites também te chamar de Jamaica, quero te abraçar e contigo abraçar toda a comunidade. Eu acho que o teu relato é muito importante. O Quilombo dos Machados, a partir do teu depoimento, traz aqui uma história de ancestralidade, de resistência que também se traduz em solidariedade neste momento tão difícil que Porto Alegre e Rio Grande do Sul viveram ao longo de maio e junho deste ano. E, para mim, ouvir o Jamaica falar que fez o Enem, que quer ser advogado, me fez lembrar também que o Enem deste ano fez o Brasil inteiro refletir sobre o desafio de valorizar a herança africana no nosso País. E, se a gente quer de fato valorizar a herança africana no nosso País, nós precisamos valorizar, garantir dignidade e reconhecer os direitos das comunidades quilombolas, não só em Porto Alegre, mas no Brasil inteiro. E eu queria dar algumas contribuições aqui ao nosso debate.

Primeiro, evidente que nós precisamos nos guiar pela legalidade, por mais que a gente poderia fazer todo um debate sobre em que parâmetro a legalidade é construída. Mas é preciso que se reconheça, Ver. Cassiá, Ver. Jessé, que nós temos, na nossa cidade, intervenções seja da CEEE Equatorial, seja do DMAE, seja da Prefeitura em territórios informais, irregulares. Eu que sou lá do Extremo-Sul da cidade, não são territórios quilombolas, mas nós temos regularização feita pela CEEE, por exemplo, no Beco do Buda que não tem regularização fundiária. Nós temos obras do DMAE ali na Juca Batista, nº 6005, que também não é um território regularizado. Então existe também o elemento da legalidade, mas existe também o elemento da decisão política. E eu acho que esse é um elemento importante aqui para o nosso debate, e a decisão política não vai ser dada aqui pela Irana, pela Aline da PGM, são representações que nós temos aqui que contribuíram no nosso debate. Eu quero agradecer tampouco pelo Rodrigo, o Rodrigo está sempre em intenso diálogo conosco. Eu acho que tem um saldo muito importante dessa reunião aqui, Karen, que tu propuseste, que eu acho que aqui se criam oportunidades e se abre o caminho, a possibilidade do envio das certificações, que é o importante para a CEE, da delimitação que o DMAE precisa.

Eu quero resgatar porque li aqui as notas taquigráficas de quando a Comissão se reuniu em 2022. O DEMHAB, Cássia., em mais de uma oportunidade, apontava territórios que estavam passando pelo processo de Reurb e, mesmo que o processo de Reurb não estivesse concluído, já haviam intervenções, sejam da CEEE, sejam do DMAE, mas também da Secretaria de Serviços Urbanos, Cassiá.

Quando a gente fala de projeto urbanístico aqui, nós temos casos na cidade que, a partir da apresentação por parte do DEMHAB, do planejamento do Reurb, de as intervenções começarem antes mesmo da conclusão da regularização. Então por que que eu estou trazendo esses elementos aqui? Porque eu não tenho dúvida de que, se houver decisão política, há as condições de nós imediatamente darmos início aos processos, sejam da garantia da regularização do fornecimento da energia elétrica e do direito humano à água. Evidente que a

gente precisa fazer isso também acompanhando para que a chegada da regularização também não seja acompanhada de cobranças abusivas. Porque a gente tem visto isso acontecer na cidade inteira, e isso exige a fiscalização por parte da Câmara. Então eu acho, Ver.^a Karen, que o encaminhamento principal já foi minimamente desenhado aqui, que é uma retomada das solicitações a partir dos elementos que foram colocados aqui, tendo os novos elementos que são as certidões que o INCRA pode oferecer, as delimitações que hoje nós já temos que permitem o trabalho, em especial, do próprio DMAE. Mas eu acho, vereadora, que nós precisaríamos ainda neste ano, quem sabe, fazer um pedido de audiência nosso com o Gabinete do Prefeito. Porque o Gabinete do Prefeito precisa dar orientação para a Diretoria-Geral do DMAE, se somar no esforço de interlocução com a CEEE, que hoje é uma empresa privada. E vocês sabem, quem acompanha o nosso trabalho aqui na Câmara, que eu sou crítico a esse processo de privatização. Porque tira do controle público e do interesse público, por consequência, o processo de fornecimento de energia, mas essa é uma posição minha, não é uma posição da Comissão. Mas nós precisamos engajar a Prefeitura de Porto Alegre nesse compromisso. Eu acho que a nossa reunião foi muito importante porque nivelou as informações demonstrou os caminhos. Eu acho que, a partir daqui, a gente já, com novos elementos, Ver.^a Karen, retoma as solicitações. Mas eu acho que a gente também precisa fazer um pedido, com a representação da comunidade, de audiência com o Gabinete do Prefeito anda neste ano para a gente ter um compromisso da Prefeitura. E, a partir dessa determinação e dessa orientação da Prefeitura, balizar o trabalho não só do DMAE, mas também da Secretaria de Serviços Urbanos, desse desafio que a comunidade também tem de um projeto de urbanização. E a gente vai entrar logo mais aqui em recesso, na Câmara, eu quero – não sei se estarei – seguir aqui na CUTHAB no ano de 2025. Acho que, logo em fevereiro, Jamaica, a gente precisa estar de novo aqui na comissão, trazendo esse tema, para a gente conseguir monitorar o avanço. Não acho que o Rodrigo aqui vá nos dizer exatamente, nem cravar a data em que nós vamos começar o processo, porque consigo imaginar que o Rodrigo nem possa fazer isso, já que ele não é o dono

da CEEE. Eu queria que a CEEE fosse pública, para que fôssemos nós os donos, mas ela não é mais. Então, acho que precisamos encaminhar solicitações e seguir na pressão, na fiscalização, na luta. Enfim, quando a gente fala de luta e resistência, a gente tem muito a aprender com vocês. Um abraço. Acho que é um pouco disso. Obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Ver. Giovanni Culau. O Rodrigo também pediu uma intervenção. Rodrigo, se tiver algum mapeamento de prazo ou cronograma, já coloca agora. E, no final, eu leio os encaminhamentos, pegando também a sugestão da Aline sobre pensar em um planejamento urbano a partir de uma ONG. Acho que dá para a gente também amadurecer isso, Rodrigo.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Rapidamente, eu não cumprimentei as representações do DMAE, da CEEE e da PGM. É muito importante, Sebastião, te ouvir aqui representando o INCRA. Seria muito importante se todos e todas as vereadoras desta Casa pudessem te ouvir. Talvez, se ouvissem, nós não teríamos os tipos de manifestações que, por vezes, vocês escutam, e que a gente também escuta aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Rodrigo, por gentileza.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Fazendo o gancho com o que o Ver. Giovanni Culau colocou sobre a questão dos prazos, que imagino ser um anseio natural de todos em ter essa data, coloco isso como uma questão, talvez, simbólica. Mas, se a gente conseguir que o INCRA nos encaminhe essa documentação por meio da vereadora, que depois nos repassará, hoje à tarde ficaremos em contato para ver o que eu reuni de toda a documentação. Ainda hoje, eu consigo fazer o pedido da ligação em nome da associação, conforme a gente colocou. Como eu disse, é simbólico, mas quanto mais cedo esse pedido de ligação for feito, mais

ganhamos prazos. Então, acredito que seja importante que, se a gente conseguir, hoje à tarde já inicia esse processo, reunindo a documentação. Já passo o número do protocolo desse pedido de ligação, repasso para a vereadora e também para o departamento de obras, para fortalecer a cobrança em cima disso.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Rodrigo. O Ver. Jessé Sangalli pediu a inscrição e, depois, eu leio os encaminhamentos.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Eu estava relendo a ata da reunião que fizemos em 2022, em que foi solicitada pela Ver.^a Karen, e algumas coisas avançaram de lá para cá. Na verdade, a reunião de 2022 foi, talvez, a mais importante que tivemos na CUTHAB, porque surgiram dois ou três encaminhamentos que, inicialmente, pareciam mais ponderações, mas que evoluíram na cidade. Uma das minhas falas aqui, não vou ler, porque seria perder tempo, mas lembro que eu falei que era ridículo que, por questões meramente burocráticas, o direito à água não fosse acessível às pessoas. Eu falei isso. E, na época, eu e o meu assessor Robson – eu era presidente da CUTHAB – fizemos um projeto de lei em cima disso, porque, hoje, para ligar a água em algum lugar, tem que ter a regularização fundiária. Porém, a dignidade da pessoa humana está acima de papel, e a gente colocou na lei do Município de Porto Alegre que a ligação de água não estaria mais condicionada à matrícula do imóvel, mas poderia ser feita também com base no CPF, porque quem bebe água são pessoas, não casas. A lei foi aprovada em Porto Alegre e, hoje, se tu quiseres ligar a tua água no teu CPF, tu podes. Ponto. É um fato, é uma lei. Tanto que isso está sendo utilizado como forma de perseguir quem gerou a dívida. Por exemplo, vamos supor que vocês sejam donos de uma casa e a aluguem para um inquilino. O inquilino é o responsável pela água, porque é ele quem está consumindo, mas, se essa pessoa não pagar, o responsável é o dono da casa. E, agora, pode-se colocar no CPF. Inclusive, no dia da sanção, eu falei para o prefeito que isso era uma ferramenta não só para perseguir o cara que gera

dívida, mas também para garantir a dignidade humana. Por quê? Se são as pessoas que consomem a água, não é porque não existe um papel dizendo que a residência está formalizada com habite-se que a pessoa vai deixar de ter direito a consumir água.

Então, essa é até uma segurança jurídica para o DMAE poder ligar a água para vocês, porque não está ligando em uma casa clandestina, entre aspas, está ligando para o CPF da pessoa que precisa beber água. Se ela não tiver uma ligação formal, não vai deixar de beber água. Então, ela vai acabar se sujeitando a fazer uma ligação clandestina, porque a necessidade de água continua existindo. E, agora, não há mais sequer a desculpa para não ligar, porque antes dependia de um habite-se ou algo parecido. Agora não, cara, eu sou uma pessoa, estou instalado aqui. A menos que tu vais me tirar amanhã, tu não tens razões de me tirar dentro das questões burocráticas tradicionais, tu não tens razão para não ligar água, porque eu sou uma pessoa, e está dito lá que a ligação não é mais exclusivamente na questão da matrícula, mas pode ser também no CPF. Então, acho que é mais uma questão para você saberem. Vocês podem cobrar e podem sair daqui e ir no DMAE: ó, eu quero a ligação no meu CPF. Ah, não... Não, tu até podes me dizer que tu não vais fazer por outros motivos, mas não é porque não pode, porque a lei agora fala que pode ser ligada no CPF ou no CNPJ, se for uma empresa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Tudo bem, mas o que impede de fazer a rede se agora existe a legislação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (PL): Sim, mas a água é um direito humano. Entendeu? A lei está aí, então, no mínimo, o que cabe é uma ação judicial

dizendo: ó, existe a lei que autoriza. Podemos fazer? Eu faria isso, mas só para vocês saberem que é isso: água no CPF ou no CNPJ.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Jessé. Pessoal, encaminhamentos ao DMAE: encaminhamento da delimitação da área; certidão do INCRA; os hidrômetros serão individuais; na sequência, a gente vai fazer o cadastro pela tarifa social; e o projeto de regularização da água da área vai na próxima leva dos contratos. O Culau sugeriu, em fevereiro ou março a gente retoma uma reunião de comissão no território, junto com a presença do DMAE, para a gente ver o andamento, Jamaica. Porque daí, a gente consegue ter uma previsão dessa próxima leva de projetos que a Airana se comprometeu. Contrato já está em vigência.

CEEE: certidão do INCRA; o pedido de ligação vai ser feito hoje; e também encaminhamento da delimitação da área. A partir daí, o Rodrigo se comprometeu de, a partir da empresa parceira, ter um cronograma. Acredito também, Jamaica, que em fevereiro, contatando novamente, ele já tenha de uma forma mais correta o retorno da empresa, porque a empresa, *a priori*, está pedindo mais documentação. Serão colocados os postes na via pública, e a partir dali a regularização individual com conta individual de cada morador, assim como a da água. O Rodrigo teve que se retirar. A sugestão da Aline, de planejamento urbano a partir de uma ONG, Jamaica, eu acredito que a gente possa construir isso com o NEGA.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Exatamente, a gente fez uma parceria com emenda parlamentar federal, de uma parlamentar que fez a destinação e a contratação pela UFRGS. Então, acredito que a gente possa fazer isso novamente. Agora no final do ano, a gente também debate as nossas emendas parlamentares aqui em âmbito de Município e penso que a gente possa construir isso juntos. Não temos uma previsão, mas assim que a gente conseguir

oficializar esse contrato, talvez a gente possa também suprir o DMAE com esse planejamento para que a instalação da rede seja feita de uma forma condizente com o planejamento urbano da comunidade. Acho que ficaria show! Uma coisa não impede a outra, mas acho que é importante, sim, e tem a possibilidade de a gente colocar isso no nosso panorama. A proposta do Ver. Culau, de a gente construir uma audiência junto com o Gabinete da Prefeitura, acho importante, a gente pode reiterar isso, vereador, em fevereiro. Vamos ver como é que vai se dar a composição desta comissão para a próxima legislatura. Mas eu entendo que é para além do Quilombo dos Machados, a gente tem essas mesmas demandas de água, de luz, de iluminação pública e esgoto nos outros quilombos urbanos. Eu percebo que há esse ruído do entendimento da regularização em todos os órgãos. O entendimento de que Porto Alegre é uma capital com muitos quilombos tem a ver com assistência social, tem a ver com atendimento à saúde, tem a ver com a vaga na creche, tem a ver com recursos federais que precisam ser destinados. Sabe, então, esse ruído existe. Que bom que a gente está conseguindo, a partir da demanda da regularização da água e da luz, identificar isso. Acredito, vereador, que essa audiência com o Gabinete deva ser junto com as demais secretarias, para que a gente possa te ouvir, Sebastião. Tu fazeres a explanação desse processo de regularização junto com as procuradorias de cada órgão, e, a partir daí, a gente consiga pensar: se falta lei ou se falta regramento jurídico, a gente encaminha via Câmara de Vereadores, mais para dar segurança jurídica, para que a gente consiga garantir os direitos que estão previstos aos povos originários. Deixo isso daí também para a gente, em fevereiro, Culau, ir conversando, independentemente de permanecermos ou não nesta comissão, porque envolve demais secretarias. A gente enfrentou isso na pandemia com a saúde. Reiteradamente, a gente está em conversa com os órgãos públicos e percebemos que não tem hoje uma política em âmbito de Município de Porto Alegre de acolhimento às comunidades indígenas e quilombolas. Acho que esse regramento tem que ser construído – uma cartilha, talvez a gente consiga elaborar –, mas aí a gente deixa para fevereiro. *A priori*, é isso. Quero agradecer a presença da comunidade que se deslocou até aqui.

Quero agradecer a presença da liderança; do Sebastião, enquanto INCRA; DMAE, sempre presente aqui na nossa comissão; da CEEE; da PGM e dos vereadores.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h38min.)

TEXTO SEM REVISÃO